



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE ALUNOS QUE INGRESSARAM NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DA UNIPAMPA PELO ENEM SEM TEREM CURSADO O ENSINO MÉDIO

José Eli Oliveira Menezes

Universidade Federal do Pampa

joseeli1964@gmail.com

Sebastião Ailton Cerqueira-Adão

Universidade Federal do Pampa

sebastiaocerqueira@unipampa.edu.br

Luise Bittencourt Peres

Universidade Federal do Pampa

bittencourtluise@gmail.com

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar os impactos na formação profissional de alunos que ingressaram no curso de graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA pelas políticas públicas de acesso via ENEM/SiSU sem terem cursado o ensino médio no todo ou em parte. Para desenvolver a pesquisa, utilizou-se como método o estudo de caso, exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas. Os dados foram coletados por meio de um roteiro semiestruturado. Como resultados com a análise obtida foi possível identificar que as universidades brasileiras tornam-se peças fundamentais para o progresso da sociedade. No entanto, estas instituições carecem de recursos financeiros para melhor atender suas atividades fins. O estudo nos revelou as dificuldades enfrentadas pelos alunos que não cursaram o ensino médio no decorrer do curso de graduação, gerando as evasões, que se dão, em partes, pela não compreensão de conteúdos específicos que deveriam ter sido vistos no ensino médio.

Palavras-chave: Acesso à Universidade; ENEM; Ensino Médio; UNIPAMPA.

1. INTRODUÇÃO

A universidade pública brasileira tem sofrido alterações nas suas formas de acesso e permanência nos últimos anos. Durante décadas o sistema de acesso foi via vestibular. Entretanto, a partir de 1998 foi implantado o Sistema de Avaliação do Ensino Médio – ENEM, cujo propósito foi também, através dos resultados obtidos pelos candidatos, dar acesso ao ensino superior por meio de uma seleção unificada, mais precisamente, através do Sistema de Seleção Unificada – SiSU.

A sociedade vem clamando, cada vez mais, por acesso e permanência nas universidades públicas, isso se dá em função de vários fatores, mas parece que o mercado de trabalho e a exigência de muitos anos de estudos para se ter acesso a melhores salários tem sido o elemento fundamental para fazer com que muitas pessoas tentem acesso ao ensino superior. Porém, o sistema de seleção para ingresso nas universidades públicas brasileira sempre foi visto como um grande obstáculo para um grande número de pessoas, sendo que as políticas públicas para maior democratização ao acesso começaram a surgir somente no final do século passado e início do século XXI, principalmente no que tange ao acesso de minorias como, negros e índios por meio de políticas de cotas.

Observa-se que, a partir da adoção do SiSU, hoje um grande exemplo de políticas públicas para o acesso, muitas universidades públicas tiveram resistência à utilização desta forma de ingresso, em que as universidades mais tradicionais negavam-se a aceitar tal sistema, inclusive sugerindo que a extinção do vestibular e a adoção do SiSU colocaria em risco a qualidade e excelência da instituição. Entretanto, viu-se que com o tempo a ideia desta nova forma de acesso ao ensino superior foi sendo desmistificada pela comunidade acadêmica e é utilizada por quase que a totalidade das universidades federais como forma de acesso, sendo que há aquelas que adotam tal sistema para o preenchimento da totalidade das vagas e poucas ainda utilizam percentuais de vagas destinadas a ingressante via este sistema.

Até o ENEM de 2016, muitas pessoas procuravam realizar este tipo de exame não só para ingressar no ensino superior, mas também para terem acesso ao certificado do ensino médio, ou seja, pessoas que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino médio na idade certa estavam utilizando a oportunidade oferecida pelo governo federal e ao realizar tal exame atingiam pontuação que lhes garantiam o certificado de ensino médio, bem como o acesso a universidade, sem, na realidade, terem frequentado as aulas daquele nível de ensino que, de forma natural, lhes dariam condições de se candidatarem a uma vaga de vestibular ou outra forma de ingresso em universidades privadas e algumas universidades estaduais.

Se tomar como exemplo as universidades estaduais paulistas, Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Neto - UNESP que utilizam como forma de seleção para ingresso o vestibular da Fundação Universitária para Vestibular - FUVEST, vê-se que só se candidata a este tipo de exame aquele que concluiu o ensino médio em uma escola devidamente autorizada no país para a oferta deste nível de ensino.

Perante este fenômeno, que daria condições às pessoas que tinham apenas o ensino fundamental de fazerem o ENEM, obterem pontuação razoável e, automaticamente, estarem habilitados em termos de ensino para ingressar nas universidades públicas federais é possível fazer leituras sobre os profissionais que estão sendo formados no ensino superior sem anteriormente terem frequentado o ensino médio, em que com base em uma política pública de educação, criou-se no país uma situação de exceção que, identifica-se, deveria ser estudada com um olhar mais atento, buscando-se assim formas de se identificar possíveis impactos na formação profissional a partir da decisão do Ministério da Educação que passou a permitir tal prática de ingresso nas instituições universitárias.

Neste contexto, o estudo se desenvolverá na percepção de que a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA carece de estudos sobre o perfil socioeconômico, destes alunos ingresso via ENEM sem terem cursado o período escolar em sua regularidade, no curso de graduação em gestão pública, estes mesmos alunos, chegando a universidade com déficit em várias áreas do conhecimento, tais como: matemática e língua portuguesa, de suma importância para o desenvolvimento curricular nas Instituições de Ensino Superior - IES, sobre tudo a direção e os professores percebem essa carência na tomada de decisão curricular, para que não seja comprometido o aprendizado.

Com base nisso, tem-se como objetivo identificar os impactos na formação profissional de alunos que ingressaram no curso de graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA pelas políticas públicas de acesso via ENEM/SISU sem terem cursado o ensino médio no todo ou em partes. Para isso, foram estabelecidos três objetivos específicos: a) caracterizar o ensino universitário oferecido no Curso de Graduação de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA; b) conhecer o ENEM como formas de acesso no Curso de Graduação de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e c) verificar o perfil socioeconômico do aluno ingressante e egresso Curso de Graduação de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Com base nesses elementos que orientam a presente pesquisa, este estudo se justifica pelo fato de que hoje parece ser necessário se ter parâmetros sobre os alunos ingressantes e os profissionais formados em um determinado curso de graduação, pois com base, também nesses parâmetros os cursos superiores são avaliados pelo governo federal, são avaliados pelo mercado de trabalho com base em índices de empregabilidade, bem como são avaliados pela sociedade no que tange à necessidade de sua existência e a utilização de recursos públicos para o seu funcionamento.

Entende-se ainda que um estudo desta natureza tem como justificativa o fato de, que o entendimento sobre as perspectivas de qualidade dos profissionais graduados, pouco conhecimento encontra-se na literatura existente, entretanto o trabalho tem a função de analisar de que maneira os profissionais movimentam-se em suas áreas de atuação e a relação de sua qualidade, logo, do ponto de vista teórico, este estudo busca contribuir para futuras pesquisas relacionadas ao tema.

Do ponto de vista prático, espera-se que com os resultados desta pesquisa possa contribuir com o tema em estudo, fornecendo-lhe elementos que sejam futuramente utilizados pelos administradores públicos ou privados, em seus processos gerenciais e de tomada de decisão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresentam-se algumas abordagens teóricas como a retrospectiva histórica do nascimento das universidades brasileiras, suas estruturas e desafios de acessos a alunos nas Instituições de Ensino Superior - IES, bem como adquirir parâmetros para o desenvolvimento do estudo pretendido neste trabalho.

2.1 O Ensino Universitário no Brasil: seus modelos e desafios

A ideia de universidade sofreu muita resistência no Brasil, primeiro a coroa nega os jesuítas a permissão a sua implantação. Porém, na visão de Sguissardi (2004) que, muito

embora, houvesse muitos projetos o Império e a República Velha os rejeitam, conseguiram entrar o progresso das ideias de universidade. Para mais tarde, na década de 20 surgir a primeira universidade brasileira (Universidade do Rio de Janeiro) com um modelo aglutinador de escola, como a de Medicina, Politécnica e de Direito, e mais tarde surge a Universidade Federal de Minas Gerais, pelos anos de 1927, com a fusão de cinco faculdades, a de Engenharia, de Medicina, de Direito, Farmácia e de Odontologia.

Entretanto, nos anos 30 e a “revolução” com seus propósitos modernizador e os anseios por mudanças na sociedade e no mercado de trabalho, nascem dois modelos similares em seus objetivos, as universidades de São Paulo - USP em 1934 e a Universidade do Distrito Federal - UDF em 1935, com os mesmos sentidos ideológicos da revolução, ao qual não foi visto com bons olhos pela igreja. Sendo preocupante a situação da formação de indivíduos críticos e independentes na maneira de pensar, podendo levar à desestabilização da ordem pública. Vê-se que pouco depois estas instituições não suportam a pressão e retornam ao elitismo conservador, descaracterizando seu projeto criador, levando ao jogo árduo do poder.

No pensamento de Trindade (1999), o poder até a segunda guerra mundial abastecido do saber eficaz, estava ultrapassado e preste a sofrer uma ruptura de sua inocência, com o lançamento da bomba atômica de Hiroxima e a corrida armamentista pelas nações do primeiro mundo. O sistema científico na sociedade moderna carecendo de altos recursos financeiros, seria imaturo afirmar sua autonomia, diante de uma estrutura de políticas governamentais ou de empresas multinacionais.

A questão das políticas científicas é saber o que está sendo feito das ciências, o que conforme Trindade (1999, p. 19) leva a crer-se que:

O que, visam, em última instância, as políticas científicas que se generalizam em todos os países senão colocar nas mãos do Estado ou de empresas multinacionais a definição de prioridades estratégicas e da alocação dos recursos financeiros que estabelecem os parâmetros da pesquisa científica e tecnológica? Torna-se imperioso reintroduzir a questão ética, seja sob forma de uma ética do pesquisador, seja, sobretudo, de uma ética da comunidade científica em todos os seus ramos a propósito da ciência, de sua utilização e de sua responsabilidade social.

Nesta responsabilidade ética e social a busca pelo equilíbrio na gestão das universidades é constante. Na visão de Buarque (2003) as universidades chegam para desempenharem um papel fundamental na organização social e política. Mas, no entanto, nas últimas décadas do século XX, houve uma grande perturbação, a economia brasileira, que fora o ponto forte e instrumento de progresso, entra em desaceleração encaminhando muitos a miséria contribuindo significativamente no aumento das desigualdades, os partidos ora de direita ora de esquerda já não inspiram confiança e as organizações religiosas que sempre mantiveram uma postura de defensora da cultura e da moral, sente-se impotente mediante ao crescimento do individualismo, contribuição direta das ciências e da tecnologia, que foram a honra da sociedade, passa a ter sua reputação comprometida, quando em prol de uma minoria, agride-se a natureza de forma brutal destruindo o planeta.

As universidades mantiveram-se estáveis na questão da gestão, mas, firme no que tangia ao trabalho árduo dos alunos e professores, construtores de uma massa crítica. Muito embora esquecida e fragilizada em sua autoestima, no entanto para as Instituições de Ensino Superior desempenhar seu papel transformador, precisaram voltar o olhar para si mesmo, em momentos de reflexão e avaliação de suas estruturas. Para, isso Almeida (2001, p. 27), “a área de educação não apresenta referencial teórico suficientemente abrangente e aprofundado para orientar as ações dos gestores universitários”. Na visão deste autor estes não poderão atuar com eficiência sem o entendimento da natureza dos processos educacionais, contribui

significativa, asseverando, ainda que exista muito estudo sobre as universidades. Porém, em relação as suas estruturas organizacionais poucas ações são desenvolvidas.

Na realidade as estruturas universitárias devendo servir de sustentação à função de ensino, de pesquisa e extensão e não a ideologias político-partidárias, onde a extensão é o elo entre as universidades e a sociedade, na visão de Cerqueira e Colossi (1998), as universidades brasileiras nascem com um ideal definido, gerar autonomia cultural ao povo brasileiro, onde a extensão contribui para auxiliar as IES a garimpar conhecimentos dentro da sociedade e em contra partida auxilia-la em suas dificuldades.

Ainda no pensamento de Cerqueira e Colossi (1998, p. 203), a extensão universitária vem contribuir para que os estudantes busquem contato com a sociedade, abrindo um porta de acesso de novas experiências as universidades públicas, equilibrando o poder autoritário do Estado, assim a extensão é o elemento de elo entre a universidade e a sociedade:

A par de extensão ser um dos únicos espaços de trabalho junto à população, a universidade, enquanto instituição do Estado, reflete o caráter autoritário deste e mantém o jogo “sob suas rédeas”, na medida em que condiciona todo o trabalho extensionista á sua função principal, que ainda é a reprodução da mão de obra qualificada, apta para ingressar no modo de produção que ora se apresenta. Num certo momento, a extensão fortalece ainda mais esta prática através de sua política de estágios.

No entanto, Buarque (2003) esclarece que as universidades vêm sendo maltratada em suas estrutura nas últimas décadas pelo neoliberalismo, precisando de entendimento mais claro para seu funcionamento, no entanto, para que as IES transformem-se e reinventem a si mesma, continuando a servir com seu propósito alternativo de construção do saber. E para isso o autor acima citado, indica sete propostas:

a) **Universidade dinâmica:** Os conhecimentos das universidades não podem ficar estanque, as tecnologias das informações são instantâneas, o conhecimento gerado em um momento, segundos depois é superado por novas descobertas, e nesta corrida as IES precisam incorporar esta dimensão, neste mesmo sentido, elas não podem se responsabilizar pelos conhecimentos de ex-alunos, no entanto o diploma deveria ter prazo de validade e as universidades devem manter um vínculo com alunos em sua vida profissional, evitando assim, queda na qualidade dos conhecimentos;

b) **Universidade Unificada:** O mundo globalizado e as informações em tempo real, derrubará as fronteiras entre as universidades, professores e alunos interconectados com uma rede mundial, nascendo uma única universidade, o problema linguístico graças as ferramentas de tradução automática da internet será resolvido. O aluno não estará preso a um curso específico na sua universidade, abrindo-se para ele um leque enorme de possibilidade dentro de uma conexão universal;

c) **Universidade Aberta:** A tecnologia a serviço das IES sendo assim, não necessitará um campus para abrigar os alunos, estes mesmo receberão aulas via televisão, radio e na internet, os professores conectados com os alunos de todo o mundo. No século XXI o contato físico sendo desnecessário entre alunos e professores;

d) **Universidade Tridimensional:** A estrutura disciplinar das universidade já ultrapassada, com grupos de disciplinas específicas não atende mais as necessidade da sociedade, carecendo de novas maneiras de ensino, no entanto percebendo o rumo atual da sociedade brasileira e mediante a fome e a pobreza, organiza-se núcleos de estudo corroborando para que as universidades passem para um estágio multidisciplinar;

e) **Universidade Sistemática:** todo o sistema de informação deverá ser integrado, Formando uma grande família daqueles interessados na construção de um ensino superior dinâmico e capaz de satisfazer as necessidades da humanidade integrando setores de

pesquisas público e privado. Depois de muitos séculos as IES precisam alcançar o êxito para cumprir sua função disseminadora de conhecimento no século XXI;

f) **Universidade Sustentável:** A sustentabilidade das universidades públicas deve ser mantida com recurso público, mas, no entanto não deverá rejeitar recursos privados;

g) **Universidade para todos:** As universidades públicas em sua finalidade fins, dar acesso a todos a educação superior, deixa a razão de existir exames de acesso, muito embora os exames de vestibular seja uma necessidade imposta pelas restrições de espaço físico e custos elevados, os novos métodos de ensino a distância podem alcançar um imenso número de alunos e acompanhar seu desempenho. Os alunos serão excluídos em razão de sua incapacidade de acompanhar o curso, não por sua incapacidade de neles ingressar.

Visto o ensino universitário no Brasil e suas características, a seguir passa-se a apresentar o Acesso à Universidade Pública Brasileira.

2.2 Acesso à Universidade Pública Brasileira

Os processos históricos de acesso as universidades brasileiras, vem ao longo do tempo em fases de transformação, em seus primórdios suas funções eram particularizada a uso da coroa portuguesa, na percepção de Fraga e Siano (1991) as relações acadêmicas ultrapassam as fronteiras da área econômica, atingindo campos sociais, políticos e culturais, no entanto seus fins foram deturpados a serviço de uma elite, buscando um status de poder político, através dos títulos acadêmicos, segmentando uma sociedade, gerando exclusão da classe com formação em escolas médias.

Fraga e Siano (1991, p. 156) esclarecem que:

Este padrão definido e de alto poder coercitivo era sustentado por um ensino magistral, livresco e dogmático que atendia as exigências da “sociedade” e as realizações pessoais dos estamentos burocráticos, militar, aristocrático, clerical e da realeza.

Nos anos 20 os problemas universitários foram discutidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE), os autores ainda afirmam, que muito embora logrado os esforços da ABE e do jornal O Estado de S Paulo até 1930 as universidades adaptar-se a estilos puramente intelectual e provinciano, privilegiava o saber letrado e o ensino técnico-profissional liberal.

Já 1948 abrem-se novos horizontes para a educação, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde vários países passam a rever seus modelos educacionais, para o pensamento de Chalita (2001) a liberdade perante a lei será assegurada mediante os direitos fundamentais, principalmente nas áreas educacionais.

No artigo XXVI da carta das Nações Unidas textualmente afirma, conforme Chalita (2001, p. 122):

Toda pessoa tem direito á instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvar as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

Os pais tem prioridade de direito na escolha de gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos.

Chalita (2001, p. 124) ressalta ainda, a importância deste artigo para uma convivência pacífica entre os povos, no entanto na medida em que a educação for formando pessoas capazes de viver e perceber um mundo globalizado, respeitando as diferenças culturais, solidifica-se a paz.

Entretanto, qualquer medida direcionada a uniformidade do ensino, fere o direito a cultura e a história de cada povo. Esta uniformização é exigida no acesso a educação.

A Constituição Federal de 1988 no afirmar do autor acima citado “foi um marco na reconquista da cidadania. Nela a educação ganhou espaço de relevância”. Vindo em 20 de dezembro de 1996 a Lei 9394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) solidificar os ideais, trazendo uma autonomia e uma educação mais abrangente e acessível aos alunos.

No Art. 3º da LDB dentro do título II, reza que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar, o pensamento, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV- Respeito a liberdade e apreço à tolerância;
- V- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII- Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII- Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX- Garantia de padrão de qualidade;
- X- Valorização da experiência extra-escolar;
- XI- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Frauches e Fagundes (2005) comentam que no inciso I do art. 3º traz em seu conteúdo uma ótima concepção na forma, no entanto pouco provável sua implantação, com uma clara manifestação de agradar o povo, conquistando o poder político, muito embora o inciso preze pela “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.”

Porém, a um caminho vasto a ser conquistado para a educação pública e percebe-se que nas últimas décadas houve um esforço do governo na diminuição da desigualdade social com políticas afirmativas na área da educação, em 1998 foi criado o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), como uma ferramenta avaliativa da qualidade, usado pelo governo Federal nos processos de aprendizado das competências e habilidades dos alunos do ensino médio.

Porém, na visão de Santos (2011), o ENEM chega como instrumento avaliativo de qualidade, em uma tentativa do governo de implementação de novos modelos curriculares no ensino médio, já em sua primeira prova o Ministério da Educação-MEC, trás em seu formato direcionamento a novas necessidades para um mundo em transformação acelerada, sendo objetivo primeiro corrigir e orientar os currículos das escolas de ensino médio, no entanto não previa o MEC o direcionamento que as escolas dariam ao ENEM, encontrando novas maneiras de preparação para a prova, perdendo pouco a pouco seu sentido regulador.

O autor acima ainda ressalta que, desde então, começa uma disputa acirrada e inadequada, entre as escolas, instituições e redes de ensino, tomando caráter diferente do proposto pelo governo, sendo o exame de avaliação individual, pouco atenção chamou aos alunos, mas. Porém, Santos (2011, p. 198), a firma que:

A partir dos objetivos divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, para o ENEM, percebia-se que o governo não desistiria facilmente de suas pretensões em relação ao exame, pois, mais do que uma

avaliação em si, estava em disputa os rumos que essa modalidade de ensino deveria seguir.

Desde então começa o governo investir na proposta das IES, principalmente as públicas para adesão ao ENEM em seus processos seletivos, sendo implantado o Sistema de Seleção Unificado - SISU, já estando consolidado este modelo, chega em 2004 através do MEC, com o Programa Universidade para Todos – PROUNI, com a Lei nº 11. 096 em 13 de janeiro 2005, beneficiando alunos de ensino médio egressos de escolas públicas, com renda per capita de até três salários mínimo, uma oportunidade de acesso a uma universidade particular que aderem ao programa, pela parceria do governo Federal e isenção como contrapartida. Já o Financiamento Estudantil (FIES), um programa do MEC que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. A seguir falaremos do Exame Nacional de Certificação de Competências de jovens e Adultos- ENCCEJA.

2.2.1 Enceja: Instrumento de Certificação.

Os métodos de certificações escolares vem ao longo dos anos sendo usado pelos governos, na forma de encontrar meios de equilibrar uma problemática sobre o êxodo de alunos nos bancos escolares, na percepção de Serrao (2014) o Enceja entra em 14 de agosto de 2002, pela Portaria nº 2.270 do Ministério da Educação - MEC como um dos modernos programas de avaliação escolar, seguindo modelos há décadas conhecidos de supletivos, oferecendo oportunidades de avaliação externas ao ensino regular e por motivo qualquer estes jovens e adultos não conseguiram acompanhar sua fase normal de escolaridade, desta forma os sistemas brasileiro de educação perceberam a necessidade de sair dos moldes tradicionais e encontrar mecanismos de apoio a esta demanda no ensino do Brasil.

Estes programas alternativos e complementares de avaliação escolar, longe de eliminar as dificuldades na educação brasileira, na visão do mesmo autor este modelo sofre sérias disputas com a Educação de Jovens e Adultos- EJA, de um lado os gestores públicos, educadores e movimentos de direitos humanos, a favor de uma emancipação educacional que visualizam um processo acelerado de certificação, com contextos inapropriados as necessidades locais de ensino, mostrando-nos uma dificuldade que o Enceja encontra sendo um exame nacional de suprir a diversidades culturais no Brasil.

Na outra face encontram-se defensores a favor de alternativas governamentais da diminuição da desigualdade social, como forma de conceder a este público condições técnicas e pedagógicas de ingressarem em um curso técnico ou até mesmo frequentarem os bancos acadêmicos, desta forma melhorando sua condição humana.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se caracterizou como exploratório-descritivo, para isso reforça-se a escolha na visão de Cervo, Bervian e Da Silva (2007) que apontam que a pesquisa exploratória define objetivos, não necessitando testar hipóteses, coleta informação sobre o assunto pretendido e familiarizando-se com os fenômenos ou conhecendo uma nova visão sobre eles. Ainda os autores acima citado reforçam que a pesquisa exploratória obtém uma precisão em suas descrições e procura descobrir relações, este tipo de pesquisa necessita de bastante flexibilidade no planejamento, nos mais diversos aspectos de uma situação ou problema.

Além da caracterização acima, para esta investigação utilizou o estudo de caso que foi realizado na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus de Santana do Livramento, no Curso de Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Para justificar a utilização do estudo de caso nesta pesquisa procurou basear-se em Ferrari (1982) de que é um estudo que se interessa pelo levantamento ou indagações sobre uma determinada comunidade. Deste modo o estudo proporcionou um aspecto mais real ao caracterizar o problema estudado.

Ainda com relação à caracterização, esta pesquisa utilizou o enfoque qualitativo, sendo uma pesquisa na área das Ciências Sociais Aplicadas, teve-se a opção ao enfoque qualitativo pelo fato de ser mais usual, do que o enfoque quantitativo. Sendo que para este estudo se buscou conhecer as percepções das pessoas envolvidas no fenômeno.

Observa-se em Ferrari (1982) que as variáveis qualitativas são definidas pela sua caracterização ou atributos, e este atributo não mensuráveis, não numéricos das hipóteses ou problema de pesquisa. Sendo estas variáveis eficientes para os propósitos exploratórios, mas, porém, refere-se o autor que merece ser compreendida como suscetível de quantificação.

Os sujeitos da pesquisa foram os alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão pública do Campus Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa, com alunos ingressos nos anos 2009 a 2017, totalizando 519 alunos, dentre os quais 38 encaixaram-se no perfil desta pesquisa, com 20 abandonos do curso, 8 formandos, 5 trancamentos e 5 alunos regulares. Assim, seis compuseram os sujeitos de pesquisa. Os sujeitos foram escolhidos intencionalmente, segundo Yin (2005), estes sujeitos fazem ou fizeram parte das situações cotidianas do Curso de Gestão Pública da UNIPAMPA, integrados em suas vidas reais, buscando-se como fonte de informação aqueles que possuem maior relação com o fenômeno estudado, sendo estes sujeitos escolhidos intencionalmente.

Por se tratar de um estudo qualitativo, nesta pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta um roteiro de entrevista semiestruturado. Na visão de Yin (2005), a entrevista constitui uma das melhores técnicas de coleta de dados na pesquisa qualitativa, também consideradas com informações relevantes para o estudo de caso.

Além das entrevistas foram utilizadas outras fontes de dados, como por exemplo, o uso de documentos provenientes da UNIPAMPA como o Regimento da Instituição, o Plano de Desenvolvimento Institucional, O Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Bem como, a legislação vigente para o ensino superior no Brasil, principalmente as legislações que tratam das formas de ingresso nas universidades federais brasileiras.

A análise de dados se deu por meio de análise de conteúdo, sendo que, segundo Martins e Theóphilo (2009) a análise de conteúdo envolve o examinar, classificar, colocar os dados em categorias e as opiniões dos entrevistados, transcritas e tratadas e estas deverão ser cruzadas com os pensamentos dos autores utilizados na fundamentação teórica. A partir dos resultados obtidos, possam ser usados na construção de uma teoria que auxilie na explicação do fenômeno estudado.

A seguir apresentam-se as análises, discussão e interpretação dos dados coletados, fazendo-se sempre a relação entre as falas dos entrevistados, os documentos estudados e o pensamento dos autores.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A identificação dos entrevistados foi mantida em sigilo, sendo assim, foram organizados por classe, sendo A e B para os que concluíram o curso, C e D para quem está regular e E e F para o abandono do curso.

Ao analisar-se o perfil dos Entrevistados, tem-se que três são do sexo masculino e três do sexo feminino, com faixa etária entre 24 e 55 anos. Ainda identificou-se que, três são

funcionários públicos, um estudante, um aposentado e um funcionário em empresa privada. Com relação ao grau de escolaridade, viu-se que dois dos entrevistados tem ensino superior completo e quatro tem ensino superior incompleto.

4.1 O Ensino Universitário no Brasil: seus modelos e desafios

Ao questionar os entrevistados se estes conseguiam visualizar a importância do surgimento das universidades brasileiras para a sociedade, os mesmos foram unânimes ao responderem que conseguiam visualizar a importância das universidades no Brasil. Na visão dos Entrevistados a universidade é uma conquista para a sociedade em si, com uma ampliação de horizontes para qualquer ser pensante. Sobre isso, o Entrevistado E, abordou a temática da seguinte maneira:

Com certeza para mim não tem nada melhor, como mãe, como estudante que já fui, dentro das possibilidades que eu tinha e dentro da sociedade que hoje eu vejo, com o surgimento, tem sido muito importante, até nós mesmo adulto numa idade não tão jovem, temos a oportunidade hoje de estudar nos formar, de ver nossos filhos se formar e muitas vezes estudar juntos com nossos filhos, isso aí só vem alavancar mais esta vontade que surgiu no povo brasileiro de estudar, porque hoje nós vemos pessoas mais maduras, mais incentivada ao estudo, muitas vezes mais do que os próprios jovens, pelo fato de nós antigamente não termos estas oportunidades.

Tal visão reflete-se no pensamento de Buarque (2003), quando o autor aborda que as universidades chegam para desempenharem um papel fundamental na organização social e política, sendo um instrumento forte de progresso, neste ponto o Entrevistado C refere-se à importância das universidades, dizendo:

Eu acredito que só baseados nos intelectuais que agente vai conseguir ir para frente, porque a negação dos não intelectuais nos levou pra o fundo do poço que nos se encontra(...), todas as outras cidades que a gente consegue ver o Estado do Rio Grande, citando aqui Rio Grande do Sul como se encontra, o Estado do Rio de Janeiro como a gente sabe da realidade, então fica muito difícil, sem universidade para gente conseguir progredir, ou seja se não for o principal fator tá dentro dos principais fatores para a gente conseguir nosso progresso.

O Entrevistado C acima mencionado, percebe que nos dias atuais, com todas as dificuldades existentes, a universidade geradora de intelectuais é um dos principais fatores que a sociedade dispõe para seu progresso.

Questionados sobre qual a percepção dos modelos de ensino nas universidades públicas no Brasil, viu-se que no entendimento dos entrevistados os modelos são bons e com ensino de qualidade, no entanto os Entrevistados B e D ressaltam o comprometimento do ensino, pesquisa e extensão devido a falta de recursos.

Os modelos em si são bons o que prejudica elas atuação, prejudica é a falta de recursos para as universidades e se elas tivessem mais recursos, melhor seria de tudo, de estrutura de todas as partes. “então na tua visão os modelos de ensino” o modelo é bom, de ensino é bom, o problema é questão interna, o que quero dizer é a questão de pesquisa e extensão estão sempre curtas de verbas, de verba está sempre faltando. (ENTREVISTADO D).

O pensamento do Entrevistado D acima, vai ao encontro dos argumentos de Buarque (2003) quando este autor aborda que a universidade sustentável deve ser mantida com recursos públicos, mas, no entanto não deve rejeitar recursos privados.

Ainda na percepção do Entrevistado D o problema de falta de recurso, dificulta a pesquisa e extensão, em consonância com o pensamento de Cerqueira e Colossi (1998) quando estes autores esclarecem a extensão como elo entre a universidade e a sociedade, abrindo portas para acesso de novas experiências as universidades públicas. No entanto com a falta de recursos, compromete novas experiências nas universidades.

O Entrevistado F visualiza, ainda na questão de falta de recursos nas universidades públicas, indo além da simples falta de recursos mencionando:

Eu acho que falta muito, falta um peso de investimento todo mundo corta, todo mundo vê investimento em saúde em segurança e educação. Mas a educação quando mais tu investir em educação, menos você investe na segurança e na saúde, quando mais as pessoas perceberem o jeito de vida de que cada um leva, diminui lá na frente a segurança e a saúde, porque quando tu mais sabe como viver e que tu aprende se desenvolver como viver, menos tu vai fazer coisas para ter doença, para ter um acompanhamento, tu vai deixar de investir mais lá, investir um pouco na tua capacidade educacional do conhecimento, “intelectual” quanto mais tu investir na tua capacidade intelectual de conhecimento, menos tu vai precisar da segurança porque tu vai ter a percepção das coisas que são erradas e são certas.

A visão do Entrevistado F acima reflete em Trindade (1999) onde o autor argumenta que o poder antes abastecido pelo saber eficaz, estava prestes a sofrer uma ruptura de sua inocência, com o avanço da tecnologia e a corrida armamentista e que o sistema científico na sociedade moderna carece de altos recursos financeiros para sua autonomia.

Ainda refletindo o Entrevistado F acima, como gerir investimento. Para isso Almeida (2001, p.27), afirma “a área de educação não apresenta referencial teórico suficientemente abrangente e aprofundado para orientar as ações dos gestores universitários”.

Percebe-se que o Entrevistado F acima, visualiza o investimento na educação, como uma fase importante na vida do ser humano, dando ao mesmo uma percepção de certo e errado, ou seja, contribui de forma significativa para diminuir o investimento em saúde e segurança, fornecendo emancipação ao indivíduo.

O Entrevistado C, abordou a diferença dos modelos de ensino nas universidades públicas e privadas expressando-se:

Para mim é um modelo muito progressista né cara, é cara porque é muito diferente das universidades particulares, eu tive oportunidade de passar por duas universidades particulares, eu cursei história na Unicamp que é a universidade católica de Santos e também cursei direito na universidade de Peruíbe a Unisul e o modelo de aplicação do conhecimento da universidade pública é totalmente diferente, ela ampliou horizonte do estudante a ele poder ter a ótica de coisas que ele nunca teve oportunidade de ver, por conta que são profissionais mais capacitados, eu acredito pelo menos na minha visão com formações em pós e mestrado, doutorado e com essa amplitude de conhecimento que os professores têm, eu acredito que a importância da Universidade Federal é central.

A visão do Entrevistado C acima vai em consonância com a visão de Cerqueira e Colossi (1998), quando estes autores afirmam que as universidades brasileiras nascem com um ideal definido, gerar autonomia cultural ao povo brasileiro.

Ao serem abordados sobre a influência dos sistemas ideológicos políticos - partidários no ensino público universitário no Brasil, os Entrevistados A, C e E, acreditam que influência ideológica é muito forte, enquanto os Entrevistados B, D e F desconhecem estas influências.

No entendimento do Entrevistado E, a política infelizmente influencia, limitando a liberdade da reitoria nas decisões dos trabalhos a serem executados. Este relato vai ao

encontro com o pensamento de Sguissardi (2004) quando este autor desenvolve o mesmo, nos trazendo um breve histórico do caminho árduo percorrido para a implementação das universidades no Brasil império, conseguindo, assim entravar o progresso das universidades, rejeitando-as, para mais tarde, na década de 20 surgir a primeira universidade brasileira (Universidade do Rio de Janeiro).

Os Entrevistados A e C percebem uma forte tendência esquerdista, sendo que para o Entrevistado A, lhe causa muito desconforto e segundo ele esse alinhamento é oriundo da própria universidade, já que presenciou muitos amigos mudarem seu posicionamento políticos após a inserção na universidade, ele diz que:

O sistema partidário é muito evidente dentro do campus Livramento, onde professores não só influenciam como fazem aulas específicas, bem como seminários e assembleias para implantarem suas crenças esquerditas na cabeça dos alunos. Então os sistemas citados influenciam sim, ao meu ver, no ensino universitário no Brasil, a ponto de os alunos picharem muros, paredes e fachadas do campus, realizarem greves que ultrapassam qualquer direito de cidadão, mas sobretudo, terem apoio dos professores para que sejam utilizados de massa de manobra dentro de instituições públicas.

O Entrevistado C, relaciona a esse ponto ao fato de que a universidade dá acesso a livros que antes no ensino médio não eram citados, como por exemplo, Adam Smith, Karl Marx e Montesquieu.

As ideias dos Entrevistados A e C vão ao encontro com o pensamento de Sguissardi (2004), para este autor este confronto pelo poder nas universidades, vem acontecendo há muito tempo, de um lado o elitismo conservador e de outro as ideias revolucionárias, descaracterizando seus projetos criadores e levando ao jogo árduo do poder.

Pela visão de Cerqueira e Colossi (1998), a extensão universitária vem contribuir para que estudantes busquem contato com a sociedade, abrindo uma porta de acesso de novas experiências as universidades públicas, equilibrando o poder autoritário do Estado, assim a extensão é o elemento de elo entre a universidade e a sociedade.

4.2 Acesso a Universidade Pública brasileira

Ao serem abordadas sobre a igualdade de acesso nas universidades públicas brasileira, os Entrevistados A, D e E foram unânimes em concordar como sendo igualitário, o que difere é o empenho de cada um em conquistar sua vaga. No entanto os Entrevistados B, C e F discordam veementemente desta igualdade no acesso a universidade pública.

Para o Entrevistado B, há uma disputa desleal para entrar em uma faculdade pública, visto que as pessoas com mais condições financeiras tem a oportunidade de estudarem em escolas particulares e fazerem cursinho, o que facilita a inserção na universidade pública.

Esse pensamento vai ao encontro da percepção de Fraga e Siano (1991) quando estes autores abordam que as relações acadêmicas ultrapassam as fronteiras da área econômica atingindo campos sociais, políticos e culturais, no entanto seus fins foram deturpados a serviço de uma elite.

O Entrevistado F percebe o acesso não igualitário, mas como uma dívida com os negros e índios, abordando o seguinte:

Olha eu não sei, este sistema de cotas que existe assim, eu acho que, tá bem que coloque como dívidas, cotas dos negros e índios, nós usamos os negros como escravos, tudo bem a gente até adquiri conhecimento de várias histórias do Brasil que o mundo contempla essa parte da nossa invasão, mas quem invadiu? Fomos nós, o ser humano, Invadiu o ser humano, então eu acho que na realidade para tornar mais igualitária, um investimento na educação básica.

O Entrevistado F, acima, encontra ressonância no pensamento de Chalita (2001) quando o autor afirma, que a liberdade perante a lei será assegurada mediante os direitos fundamentais, principalmente nas áreas educacionais.

Quando questionados se as políticas públicas afirmativas contribui para a diminuição da desigualdade social, os Entrevistados A e B acreditam que contribui em partes, já que há maior numero de chances de acesso á educação de qualidade no nível superior, no entanto, não é somente o acesso que garante a eliminação da desigualdade social.

Os demais Entrevistados percebem que as políticas públicas geram mais desigualdade, pois quando termina uma demanda, outra nasce, sendo sanada mediante a compreensão da vantagem política obtida.

Quando questionados se o Sistema de Seleção Unificado- SiSU oferece as melhores condições de acesso a universidade os Entrevistados foram unanimes em descrever como uma ferramenta excelente, porém o Entrevistado C, aborda um ponto especifico no acesso ao SISU, dando-nos sua visão da proporção do que o SiSU oferece, ofertando a possibilidade de estudo em outros estados do país, porém não oferece condições de permanência.

Os Entrevistados quando questionados sobre as dificuldades no decorrer do curso, tendo seu ingresso sem terem passado pelo ensino médio regular, os Entrevistados A e B não responderam algo significativo, no entanto o Entrevistado C disse não sentir dificuldade, mas os Entrevistados D, E e F perceberam muitas dificuldades pela lacuna deixada pelo abandono do estudo, criando sérios entraves para seu prosseguimento no curso.

Para o Entrevistado E sua maior dificuldade foi ter ficado muito tempo longe de uma sala de aula, já que concluiu o ensino médio por meio de uma prova, o que o afastou ainda mais de ter uma rotina de estudo.

O Entrevistado F também aborda o mesmo fato, por não ter estudado o ensino médio regular, foi necessário um esforço maior para que ele se acostumasse com o cotidiano de estudos, de aulas diárias e as sua presença em sala de aula.

Após tecerem-se as análises e discussão dos dados, a seguir apresentam-se as considerações finais deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo viu-se que, com relação ao acesso às universidades públicas e privadas do Brasil, até 2017, há um grande contingente de alunos que ingressaram sem terem concluído o ensino médio regular, sendo necessário observar como se caracteriza o processo de aprendizagem destes alunos que enfrenta desafios nos bancos acadêmicos, como sua reflexão sobre os temas exigidos na matriz curricular, dentre outros fatores como capacidade lógica-matemática, capacidade de interpretação textual, linguagem utilizada pelos professores, que impactam de forma contundente na vida do aluno que ingressa nessas condições.

No que tange ao primeiro objetivo específico, que foi caracterizar o ensino universitário no Brasil, percebeu-se a importância do ensino universitário brasileiro, formadora de uma sociedade intelectual e mais crítica, sendo um dos principais meios de progresso e seus modelos eficientes, mas porém carece de investimentos para melhorar seus objetivos fins, um ensino de qualidade com uma ampliação de horizontes para qualquer ser pensante. Verificou-se que a influência dos sistemas ideológicos político - partidário, percebeu-se uma predominância de esquerda na UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento.

Em relação ao segundo objetivo que buscou identificar os aspectos do acesso à universidade pública brasileira, viu-se na instituição estudada que o acesso à universidade

pública ainda não é igualitária e as políticas públicas, muito embora demonstrem um esforço para manter a igualdade e o acesso democrático, carecem de novas formas de inclusão além do SiSU como uma ferramenta importante do MEC no apoio à diminuição desta desigualdade, que parece que ainda está longe de solucionar esta questão do acesso igualitário.

Observou-se, ainda, que os alunos da UNIPAMPA, embora tendo certa facilidade de acesso ao ensino superior, pelo simples fato de abreviar ciclos de estudo, não obtiveram autonomia suficiente para seu progresso intelectual. Ficou claro que os alunos buscam formas de ultrapassar e minimizar barreiras depositando em si muito esforço. Também foi possível verificar neste estudo a extrema dificuldade do aluno permanecer no curso, em função da lacuna existente de conhecimentos específicos, sendo um fator desestimulante para a permanência na universidade. Não obstante ao desconforto, alguns alunos usaram suas experiências cotidianas para amenizar os transtornos e as pressões escolares.

Diante disso, conclui-se que os alunos ingressos na universidade, via ENEM sem terem cursado o ensino médio regular, mesmo adequados às estruturas, no que refere-se ao ensino universitário, ainda não conseguem, na sua totalidade, obterem bons resultados.

Identificaram-se com este estudo que, são muitos os ajustes que o poder público precisa fazer em relação às políticas públicas para que estes alunos tenham otimização em suas graduações. Como recomendação e sugestão, uma ação que se percebe que seria significativa para os alunos é o curso de nivelamento, tanto em matemática quanto em português, com capacitação de professores, para que estes possam perceber as necessidades surgidas ao longo do curso e ajudar estes alunos a seguir na graduação com mais segurança em direção ao futuro promissor. Outros esforços podem ser feitos, como adequação de suas estruturas curriculares, a fim de proporcionar a permanência destes alunos, visto que a evasão está diretamente relacionada à falta de compreensão e às limitações apresentadas pelos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcio (organizador); Prefácio de MARCOVITCH, Jacques. **A universidade Possível: experiência da gestão universitária**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A. ; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. Ed. – São Paulo: Pearson Prentice, 2007.

CERQUEIRA, S. A. R.; COLOSSI, Nelson. Estudo da função extensionista e assistencial do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina na percepção da atual direção. In: SILVEIRA, Amélia; COLOSSI, Nelson; DE SOUZA, Claudia Gonçalves (orgs.). **Administração Universitária: estudos brasileiros**. Florianópolis: Insular. 1998. 234 p. :il. – Coleções Teses

CHALITA, Gabriel Benedito Isaac. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2001.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FRAUCHES, Celso da Costa; FAGUNDES, Gustavo M. **LDB anotada e comentada e reflexões sobre a educação superior**. Brasília: ILAPE, 2005, 508p.

FRAGA, Manuel Dias da; SIANO, Lúcia Maria França. **A Idéia de Universidade na Reforma Universitária de 1969**. In: **Rev. Adm. Púb.** v 25, n.3, p.155-71. Jul/Set. Rio de Janeiro: URFJ, 1991.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÒPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MANCEBO, Deise; FÀVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque (orgs.). **Universidades: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Exame Nacional de Ensino Médio: entre a regulação da qualidade do ensino médio e o vestibular. In: **Educar em Revista**. N°40, p. 195-205, abr/ jun. Curitiba: UFPR, 2011.

SERRAO, Luis Felipe Soares. Exame para certificação de conclusão de escolaridade: os casos do Enceja e do Enem/ Luis Felipe Soares Ferrao; orientação Ocimar Munhoz Alvarse. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

TRINDADE, Hélió (organizador). **Universidade em Ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes/ Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999.

UNESCO Brasil, SESU. **Educação Superior: reforma, mudança, e internacionalização**. Anais, 208p. Brasília, 2003.

YIN, Roberto K; Trad. GRASSI, Daniel. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. – 3. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.